

# EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA E <u>CONVOCAÇÃO E</u> REGULAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA/CONFERÊNCIA DA CIDADE PARA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE ESTABELECE A SUPRESSÃO DO ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR 363/2008 – DIMENSÕES MÍNIMAS DOS COMPARTIMENTOS

O Município de Timbó, através da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços e do Conselho da Cidade, nos termos preconizados no art. 39 e art. 42, inc. VIII, da Lei Complementar nº 335/2007 e Resolução nº 03/2014 do Conselho da Cidade, e

A Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso de suas atribuições, torna público que será realizada Audiência Pública para apresentação e discussão acerca do Projeto de Lei Complementar nº 07/2021, que "Estabelece a supressão do anexo I da Lei Complementar 363/2008 – dimensões mínimas dos compartimentos"; considerando que:

- Tanto a Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), quanto o Plano Diretor do Município de Timbó, em que pese estabeleçam indispensável participação popular nas propostas de alteração do Plano Diretor, <u>não condicionam o momento de sua realização</u>;
- A alteração proposta já foi aprovada pelo Conselho da Cidade de Timbó, na reunião datada de 07/05/2021, estando apto à deliberação popular;
- A objetividade do tema pontual e específico para corrigir as exigências atuais da Lei Complementar nº 363/2008, alusivas as dimensões mínimas dos ambientes das edificações, de modo a compatibilizar a lei municipal com as normas técnicas edilícias nacionais, estabelecidas pela ABNT através da NBR 15575, não impõe maiores digressões nem prejuízo em sua análise e tramitação conjunta com o processo legislativo;

<u>CIENTIFICA</u> a população de Timbó que se encontra em consulta pública nos endereços: <a href="https://www.camaratimbo.sc.gov.br/proposicoes/Projetos-de-Lei-Complementar/2021">https://www.camaratimbo.sc.gov.br/proposicoes/Projetos-de-Lei-Complementar/2021</a> e <a href="https://www.timbo.sc.gov.br/portal-do-cidadao/governamental/editais/">https://www.timbo.sc.gov.br/portal-do-cidadao/governamental/editais/</a>, o Projeto de Lei Complementar n° 07/2021 que tem por objeto: a alteração do Código de Edificação - LC n° 363/2008, específica e pontualmente para corrigir as exigências atuais da lei, alusivas as dimensões mínimas dos ambientes das edificações, de modo a compatibilizar a lei municipal com as normas técnicas edilícias nacionais, estabelecidas pela ABNT através da NBR 15575, bem como <a href="Modordo Convoca">CONVOCA</a> a população para a Audiência Pública/Conferência da Cidade visando à apresentação, discussão e aprovação da proposta, em conjunto com a CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, NOS SEGUINTES MOLDES:



# 1 - DA DISPONIBILIZAÇÃO E CONSULTA PÚBLICA:

- 1.1 Nos termos do art. 62 do Regimento Interno da Câmara Municipal, a proposição ficará disponível para acesso público, no site oficial da Câmara Municipal (endereço eletrônico: <a href="https://www.camaratimbo.sc.gov.br/proposicoes/Projetos-de-Lei-Complementar/2021">https://www.camaratimbo.sc.gov.br/proposicoes/Projetos-de-Lei-Complementar/2021</a>), para recebimento de sugestão, pela comunidade, pelo prazo de 15 (quinze) dias.
- 1.2 Durante o período de consulta, todo e qualquer cidadão poderá apresentar sugestões, através de envio de correspondência, protocolo físico ou por e-mail com identificação de seu signatário para os seguintes endereços físico e eletrônico: Rua Honorato Tonolli, nº S/N CEP: 89120-000, Bairro das Nações, Timbó/SC, camara@camaratimbo.sc.gov.br.
- 1.3 As sugestões populares enviadas na forma dos itens 1.1 e 1.2 serão examinadas, quanto à respectiva viabilidade técnica, pelo Vereador Relator, em seu voto, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal.
- 1.4 Encontra-se disponível no endereço eletrônico: <a href="https://www.timbo.sc.gov.br/portal-do-cidadao/governamental/editais/">https://www.timbo.sc.gov.br/portal-do-cidadao/governamental/editais/</a>, bem como no mural do município e junto a Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria Comércio e Serviços, o Projeto de Lei Complementar nº 07/2021 e demais documentos correspondentes ao integral conhecimento da matéria, que ficará disponível para consulta durante o prazo mínimo de 30 dias a contar da publicação deste edital;
- 1.5 Durante o período de consulta, todo e qualquer cidadão poderá apresentar seus questionamentos e/ou sugestões, através de envio de correspondência com identificação para o endereço: <u>planejamento@timbo.sc.gov.br</u>
  - 1.5.1 Constitui identificação mínima para avaliação do requerimento: o nome completo, endereço, telefone e CPF;
- 1.6 As dúvidas e sugestões apontadas durante o período, serão avaliadas pela SEPLAN e respondidas/esclarecidas e deliberadas na Audiência Pública/Conferência da Cidade, a ser realizada nos moldes deste edital e da Resolução do CONCIDADE nº 03/2014;



- 1.7 O prazo de exibição do material e de consulta poderá ser prorrogado até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Audiência Pública/Conferência da cidade;
- 1.8 Não serão objeto de avaliação ou apresentação na Audiência Pública/Conferência da Cidade, dúvidas, apontamentos ou sugestões sem a regular identificação do cidadão;
- 1.9 Os dados alusivos à identificação do cidadão não serão expostos na Audiência Pública/Conferência da Cidade, apenas a dúvida/sugestão/opinião, com o correspondente esclarecimento, salvo se o cidadão requerer e autorizar que a sua dúvida/sugestão/opinião seja identificada como de sua autoria.

# 2 – DO OBJETO DE APRESENTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E APROVAÇÃO:

**2.1** — Constitui objeto de apresentação, deliberação e aprovação na presente Audiência Pública/Conferência da Cidade, o Projeto de Lei Complementar nº 07/2021, que visa alterar o Código de Edificação - LC nº 363/2008, específica e pontualmente para corrigir as exigências atuais da lei, alusivas às dimensões mínimas dos ambientes das edificações, de modo a compatibilizar a Lei Municipal com as Normas Técnicas Edilícias Nacionais, estabelecidas pela ABNT através da NBR 15575;

# 3 - DO LOCAL, DATA E HORÁRIO:

- 3.1 A Audiência Pública/Conferência da Cidade seguirá as regras preconizadas na Resolução nº 03/2014 do Conselho da Cidade constantes do presente edital e se dará na mesma data, local e horário em que for designada Audiência Pública pela CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ.
- 3.2 A Audiência Pública/Conferência da Cidade será realizada no Plenário da Câmara Municipal de Timbó.
- 3.3 A data e horário da Audiência Pública/Conferência da Cidade serão definidos e publicados nos órgãos oficiais de imprensa, nos sites oficiais e nas redes sociais dos respectivos órgãos.
- 3.4 Em razão da pandemia do Covid-19, a presença de público na Audiência Pública/Conferência da Cidade de que trata esse edital, será limitada a trinta por cento da capacidade do Plenário da Câmara Municipal, conforme determina a Resolução da Mesa Diretora nº 11/2021, respeitadas ainda, as demais medidas sanitárias dispostas no respectivo ato.
- 3.5 A Câmara Municipal e o Município de Timbó realizarão a transmissão ao vivo da Audiência Pública/Conferência da Cidade em questão, disponibilizando-a em seus sites



oficiais (https://www.camaratimbo.sc.gov.br/) e (www.timbo.sc.gov.br) e em suas redes

sociais a seguir identificadas:

Câmara de vereadores:

Youtube: www.youtube.com/CamaraTimbo; Facebook: www.facebook.com/camaratimbo.

Prefeitura de Timbó:

Youtube: <a href="https://www.youtube.com/user/prefeituradetimbo">https://www.youtube.com/user/prefeituradetimbo</a>; Facebook: <a href="https://www.facebook.com/prefeituratimbo">https://www.facebook.com/prefeituratimbo</a>; Instagram: <a href="https://www.instagram.com/prefeituratimbo/">https://www.instagram.com/prefeituratimbo/</a>;

Twitter: https://twitter.com/prefeituratimbo.

3.6 Nos canais aos quais se refere o item 3.5, será disponibilizado endereço eletrônico, possibilitando a participação na presente Audiência Pública/ Conferência da Cidade através do Google Meet.

### 4 DOS PARTICIPANTES, SEUS DIREITOS E DEVERES:

- 4.1 Estão convocados a participar, presencialmente ou remotamente, da Audiência Pública/Conferência da Cidade setores governamentais, organizações de classe, empresas públicas e privadas e demais munícipes.
  - 4.1.1 A participação na Audiência observará os seguintes procedimentos:
    - I É assegurado ao participante o direito de manifestação oral, mediante prévia inscrição, antes de iniciarem os trabalhos;
    - II É assegurado ainda, o direito de manifestação oral por meio do Google Meet, oportunidade em que o participante se inscreverá via chat, e ainda, por meio de chat nos canais de transmissão mencionados no Item 3.5, após a exposição completa da matéria, e pelo prazo definido pelo Presidente da Comissão;
    - III As manifestações, via Google Meet ou chat, observarão a ordem sequencial de inscrição, devendo ser informado o nome do participante. As situações não previstas neste edital no que diz respeito ao procedimento da Audiência Pública/Conferência da Cidade serão resolvidas pela Presidente do Conselho da Cidade pelo Vereador Presidente da Comissão ou aquele que, por ventura, o estiver substituindo.
- 4.2 A Audiência Pública/Conferência da Cidade será realizada com exposições e debates orais, na sequência e forma disciplinada neste edital, sendo facultada, somente quando imprescindíveis, a apresentação de documentos escritos.



- 4.3 São direitos dos participantes:
- I manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da Audiência Pública/ Conferência da Cidade, respeitando as disposições previstas neste edital, e no Regimento Interno da Câmara Municipal;
  - II debater as questões tratadas no âmbito da Audiência pública/Conferência da cidade;
- 4.4 São deveres dos participantes:
  - I respeitar o presente edital e o Regimento Interno da Câmara Municipal;
  - II respeitar o tempo estabelecido para intervenção;
  - III tratar com respeito e civilidade os participantes e seus organizadores.

# 5 DA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS:

- 5.1 A Audiência/Conferência da Cidade será aberta e conduzida pelo Vereador Presidente da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento, e Bem-Estar Social, que informará:
  - I − as autoridades e Vereadores presentes;
  - II apresentação da matéria da proposição a ser discutida; e
  - III explicação de metodologia a ser observada.
- 5.2 Após a abertura da Audiência/Conferência da Cidade, de acordo com a ordem de inscrição, concederá a palavra aos inscritos, por prazo determinado, e sem apartes.
- 5.3 Encerrada a manifestação dos oradores inscritos, o Presidente de Comissão solicitará que sejam expostos os questionamentos/opiniões/sugestões feitos nas mídias sociais, que serão respondidos pelos Vereadores, ou pelos representantes da Secretaria de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços.
- 5.4 Na sequência, passará a palavra aos Vereadores participantes, por prazo determinado.
- 5.5 Prosseguindo, o Presidente da Comissão passará à condução dos trabalhos para a Presidente do Conselho da Cidade para a adoção dos procedimentos que envolvem a deliberação.
- 6 DA FORMA DE DELIBERAÇÃO E VOTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA/CONFERÊNCIA DA CIDADE



- 6.1 As deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações colhidas durante a Audiência Pública/Conferência da Cidade ou delas decorrentes, serão votadas pelos participantes da seguinte forma:
  - 6.1.1 A votação será realizada pela identificação dos participantes através de manifestação no chat durante a apresentação.
  - 6.1.2 No momento da votação, o participante deverá manifestar-se no chat com as palavras FAVORÁVEL, caso concorde com a proposta de supressão apresentada ou CONTRÁRIO, caso não concorde com a proposta de supressão apresentada.
  - 6.1.3 Será considerada aprovada ou não a proposição, através da maioria simples resultante da contagem dos votos proferidos pelos presentes no momento da votação.

# 7 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 7.1 Ao fim da deliberação, a condução dos trabalhos retornará ao Vereador Presidente da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social, que encerrará a audiência informando que a proposição permanecerá disponível para recebimento de sugestões, pela sociedade, pelo prazo de 72 (setenta e duas) horas.
- 7.2 Serão lavradas Atas da Audiência Pública/Conferência da Cidade, sendo de responsabilidade de cada Poder, a sua publicação e divulgação.

Timbó (SC), 9 de agosto de 2021.

### **BRUNA DE ANDRADE**

Secretária Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços
Presidente do Conselho da Cidade.

### GILMARA MARIA BADDARATZ GIOTTI

Presidente da Câmara Municipal de Timbó